RELATÓRIO FISCAL

GOVERNO DO ESTADO DE AMAPÁ

Consultora: Sol Garson Braule Pinto

Agosto l 2019

# **Sumário**

[1. APRESENTAÇÃO 5](#_Toc505510661)

[2. Estado de Amapá- Desempenho Fiscal 2006 a 2017 5](#_Toc505510662)

[*2.1 Desempenho Fiscal -Informações Básicas* 5](#_Toc505510663)

[*2.2 Evolução da Receita Disponível* 10](#_Toc505510664)

[*2.3 Evolução da Despesa Líquida* 16](#_Toc505510665)

[*2.4* *O Financiamento dos Investimentos e Inversões Financeiras* 21](#_Toc505510666)

[*2.5* *Dívida Pública* 24](#_Toc505510667)

[3. Considerações finais 26](#_Toc505510668)

[4. GLOSSÁRIO 30](#_Toc505510669)

[5. ANEXO 32](#_Toc505510670)

# **bases de informações e metodologia de tratamento dos dados**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o desempenho fiscal recente do Governo do Estado do Amapá - GEAP. O foco do estudo é a sustentabilidade fiscal e a avaliação da capacidade de financiamento da prestação de serviços e dos investimentos.

As informações utilizadas nesta análise foram extraídas, basicamente, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais - SICONFI, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda – STN/MF, bem como do Portal da Transparência do Governo do Estado de Amapá, em particular, dos Balanços Anuais, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF. Vale observar que os relatórios que acompanham os balanços são pouco esclarecedores, limitando-se a descrever as tabelas com dados fiscais, o que dificulta a análise de desempenho. Em parte, a ausência de informações públicas foi compensada por esclarecimentos diretamente prestados pela Secretaria de Fazenda do Estado, em particular quanto à execução orçamentária de 2018 e esclarecimentos sobre rubricas específicas. A pesquisa incluiu os endereços eletrônicos do Amapá Previdência – AMPREV, do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (Censo Escolar) e do Ministério da Economia – Secretaria de Previdência.

As informações de receitas e despesas são relativas ao Balanço Consolidado, incluindo:

* Poder Executivo: a administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
* Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Os montantes relativos aos fluxos de receitas e de despesas 2006 a 2018 encontram-se a preços de 2018. Assim, comparações entre períodos apresentam variações reais. Para deflacionar valores, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA médio, do IBGE. Para os saldos da Dívida Pública, utilizou-se o IPCA do ano.

As despesas, a menos que seja especificado, são apresentadas pelo valor empenhado. A legislação brasileira determina que a despesa seja registrada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Empenha-se a despesa, ao destacar valores no orçamento para a aquisição de bens e serviços. Quando os mesmos são recebidos, a despesa é liquidada e, posteriormente, paga. A disponibilidade de informações do Governo do Estado indica a despesa empenhada como a categoria adequada para a realização destes estudos.

Um ponto que merece atenção diz respeito ao registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, que resultam de operações entre órgãos do orçamento do estado. As Despesas intraorçamentárias ocorrem quando despesas efetuadas por órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social têm como recebedor dos recursos outros órgãos e entidades constante desse mesmo orçamento. Ocorre Despesa Intraorçamentária, por exemplo, quando o Tesouro Estadual transfere a Contribuição Patronal à autarquia previdenciária. No momento do recebimento, esta registra uma Receita Intraorçamentária. Assim, ocorrendo uma Despesa Intraorçamentária, deverá ocorrer uma Receita Intraorçamentária. Em virtude de ser a despesa reconhecida no momento da apropriação e a receita no momento da arrecadação, os registros não ocorrerão simultaneamente, podendo haver alguma diferença entre eles, em geral pouco significativa. No caso do GEAP, no entanto, ao longo do período estudado – 2006 a 2018, os valores registrados para Receitas e Despesas Intraorçamentárias diferem fortemente, para mais e para menos, sem que haja explicação em Balanço. Em 6 dos 13 anos analisados, a receita é substancialmente menor que a despesa, que consiste de Contribuições Patronais. Vale observar que a própria Lei Orçamentária já prevê diferenças significativas.[[1]](#footnote-1) Para evitar duplicação, a Receita Total realizada não inclui a Receita Intraorçamentária. No caso da Despesa Intraorçamentária, as Contribuições Patronais foram adicionadas à Despesa de Pessoal Ativo. Em alguns anos parte delas financiou a despesa com Inativos e Pensionistas, complementando a Receita de Contribuição Previdenciária dos Servidores. Esses montantes são subtraídos de Despesa com Inativos e Pensionistas, zerando eventual aporte de recursos do Tesouro estadual para sua cobertura, como ocorre na maioria dos estados. No caso do GEAP, em todos os anos, a soma da Contribuição de Servidores com a Contribuição Patronal supera as Despesas com Inativos e Pensionistas, ainda pouco expressivas. Se efetivamente repassados à AMPREV os recursos da Contribuição Patronal, essa diferença deveria ser alocada à Reserva do RPPS, junto com os elevados montantes de Receita de Valores Mobiliários do RPPS auferidos ao longo do período.

Para avaliar o desempenho fiscal de estados, como o do Governo do Estado de Amapá, é necessário destacar, das receitas extraídas de relatórios e demonstrativos contábeis, a parcela efetivamente disponível para financiar a prestação de serviços aos cidadãos, pagar o serviço da dívida e investir. Do lado da despesa, ajustes devem ser feitos para compatibilizá-la com o tratamento dado à receita. Ao longo deste trabalho, consideraram-se a Receita Disponível e a Despesa Líquida.

A passagem da Receita e Despesa Total para a Receita Disponível e Despesa Líquida contemplou, no que diz respeito às Receitas:

* Destaque das deduções de Transferências Constitucionais para os Municípios relativas a: ICMS, IPVA, IPI-ex, CIDE;
* Destaque das deduções ao Fundeb relativos a: ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI-ex, ICMS Desoneração- LC87/96;
* Exclusão, das Receitas de Contribuições, da parcela referente às Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

No que diz respeito às Despesas, foram feitas a seguintes compensações:

* Exclusão das Receitas de Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS da Despesa com Inativos e Pensionistas, limitada ao montante desta despesa.

De toda forma optamos por deixar explicitadas as deduções de Receitas relativas às Transferências Constitucionais aos municípios e à contribuição para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (até 2006, Fundef), o que permite acompanhar a evolução das receitas brutas de Impostos e de Transferências Constitucionais.

# APRESENTAÇÃO

Entre 2006 e 2018, os governos dos estados brasileiros passaram por quatro administrações: a encerrada em 2006 (2003-2006) e as de 2007 a 2010, 2011 a 2014 e 2015 a 2018. Nesse mesmo período, o Brasil passou por duas crises econômicas: a que se inicia em 2008, num cenário internacional adverso e mostrou sua face mais cruel em 2009, com ligeira queda do PIB, de 0,1%, e a que se instala em 2014 e se aprofunda nos anos seguintes, impactando as contas da União, dos estados e dos municípios. O Estado de Amapá, seguindo a trajetória geral dos estados brasileiros, foi afetado, em particular nesta segunda fase. Em 2015 e 2016, o Estado teve quedas significativas do PIB- 5,5% e 4,9% respectivamente[[2]](#footnote-2), bem mais expressivas que as do PIB Brasil – 3,5% e 3,3% e da Região Norte - redução de 2,6% e 4,6%.

O desempenho fiscal do Governo do Estado de Amapá é objeto da Seção 2, onde se analisam a estrutura de receitas e despesas e sua evolução entre 2006 e 2018, o financiamento dos investimentos e inversões financeiras e a composição e trajetória da dívida pública. A Seção 3 conclui.

# Estado de Amapá- Desempenho Fiscal 2006 a 2017

## *2.1 Desempenho Fiscal -Informações Básicas*

Esta seção apresenta um panorama geral do desempenho fiscal recente do Governo do Estado de Amapá- GEAP, destacando as principais contas de receitas e de despesas no período 2006 a 2018. As seções seguintes examinarão as contas em maior detalhe.

A Tabela 1 apresenta informações básicas sobre o desempenho fiscal 2006 a 2018 e a taxa de crescimento real das rubricas de receitas e despesas orçamentárias no período. Observe-se que 2006, 2010 e 2014 são anos finais de administrações do período analisado.

Tabela 1. Informações Básicas e Resultados Fiscais 2006 a 2018



Observando as trajetórias da Receita Total Disponível e da Despesa Total Líquida, na Tabela e no Gráfico 1, distinguem-se dois períodos: enquanto até 2012, receitas e despesas se expandem, a partir de 2013, com trajetórias e ritmos diferenciados, a tendência é de redução.

Na composição da Receita, destacam-se as Transferências Intergovernamentais, que alcançam em média 6,3 vezes a Receita Tributária. Esta, que alcançou novo patamar em 2012, foi fortemente impactada pela crise em 2015, não conseguindo se recuperar até 2018, diferentemente das Transferências Intergovernamentais que se mantêm razoavelmente estáveis entre 2013 e 2018, embora, em 2016 e 2017, devido a receitas extraordinárias da Lei nº 13254, de 13 de Janeiro de 2016[[3]](#footnote-3) (Repatriação), que se adicionaram à Transferência do Fundo de Participação dos estados - FPE em 2016 e 2017.

As Outras Receitas Correntes compõem-se basicamente de Receitas de Valores Mobiliários do Regime Próprio de Previdência do Servidores – RPPS (veja-se o último bloco da Tabela 1), que chegam a 92% do total em 2018 e oscilam fortemente. Em 2013, por exemplo, caem a menos da metade do ano anterior, para em seguida quase triplicar. Vale observar que esta Receita deve ser destinada à Reserva do RPPS, ou seja, não está disponível para os gastos ordinários do Tesouro Estadual. Ainda mais considerando que a Receita de Contribuições Previdenciárias dos Servidores e a de Contribuição Patronal suplantam o gasto com Inativos e Pensionistas, como antes mencionado.

As Receitas de Operações de Crédito, que respondem pela quase totalidade da Receita de Capital, têm forte incremento entre 2012 e 2015, conforme será adiante detalhado, para caíram a zero em 2018.

Do lado das despesas, os valores correntes, apesar da trajetória de crescimento, são mais estáveis e se reduzem entre 2015 e 2017, ajustando-se, de certa forma, à queda de arrecadação e permitindo manter aportes de recursos do Tesouro para Investimentos, ainda que reduzidos.

As Despesas de Capital, concentradas em Investimentos até 2010, incluem, em 2012 a 2014 expressivos montantes de Inversões Financeiras em aumento de capital de empresas controladas, sobretudo relacionado à federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA[[4]](#footnote-4). Além disso, em 2013, há despesa extraordinária da amortização de dívida, possivelmente relacionada a reestruturação de empréstimos do BNDES.

No que diz respeito aos resultados fiscais, observe-se que o Resultado Global- total das receitas menos total das despesas está fortemente apoiado na Receita de Valores Mobiliários do RPPS. Caso se expurgue este valor, uma vez que deve ser destinado basicamente à Reserva do RPPS, o Resultado se torna negativo em 10 dos 13 exercícios analisados. Também o Resultado Corrente encolhe, porém permanece positivo em todos os exercícios.

Ao longo do período analisado, a capacidade de investimentos com recursos próprios se reduz, o que por vezes fica ofuscado pelo ingresso de receitas extraordinárias, como as relativas à repatriação, principalmente em 2016.

Os Gráficos 1 e 2 evidenciam o processo de piora da situação fiscal: no Gráfico 2, os valores da Receita Corrente estão ajustados pela retirada da Receita de Valores Mobiliários do RPPS, de modo destacar o estreitamento da poupança no período recente. Assim, as Despesas de Capital, em queda, ficam fortemente dependentes do ingresso de Receitas de Capital e da possibilidade de acumular Restos a Pagar, como fonte de financiamento.

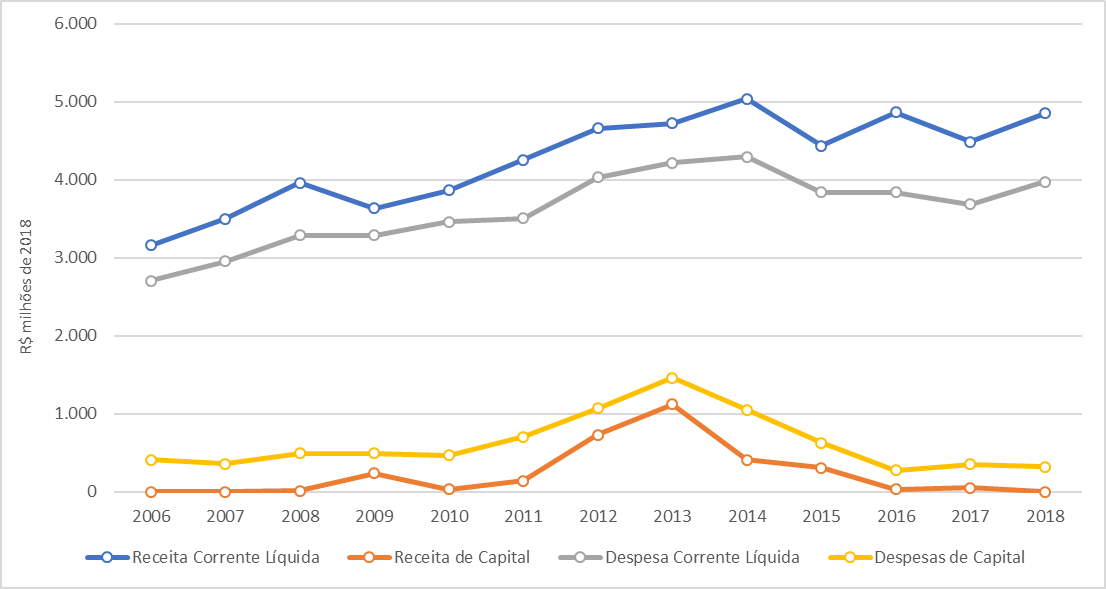
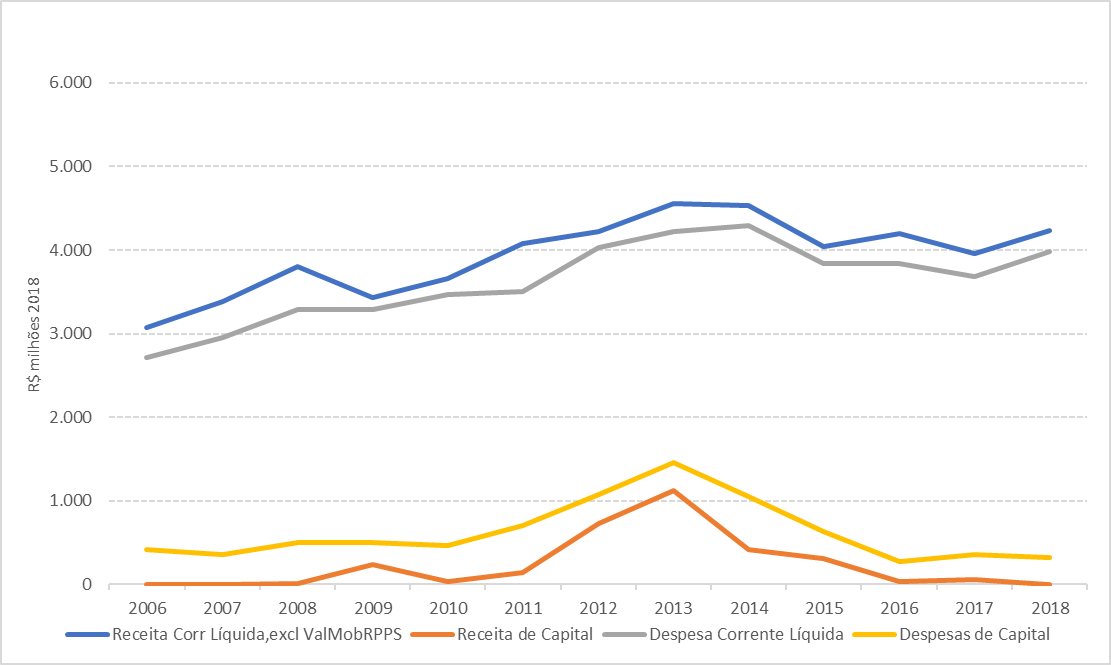
Gráfico 1. Evolução da Receita e Despesa 2006 a 2018

Gráfico2. Evolução da Receita, excluída Receita de Valores Mobiliários do RPPS e Despesa 2006 a 2018



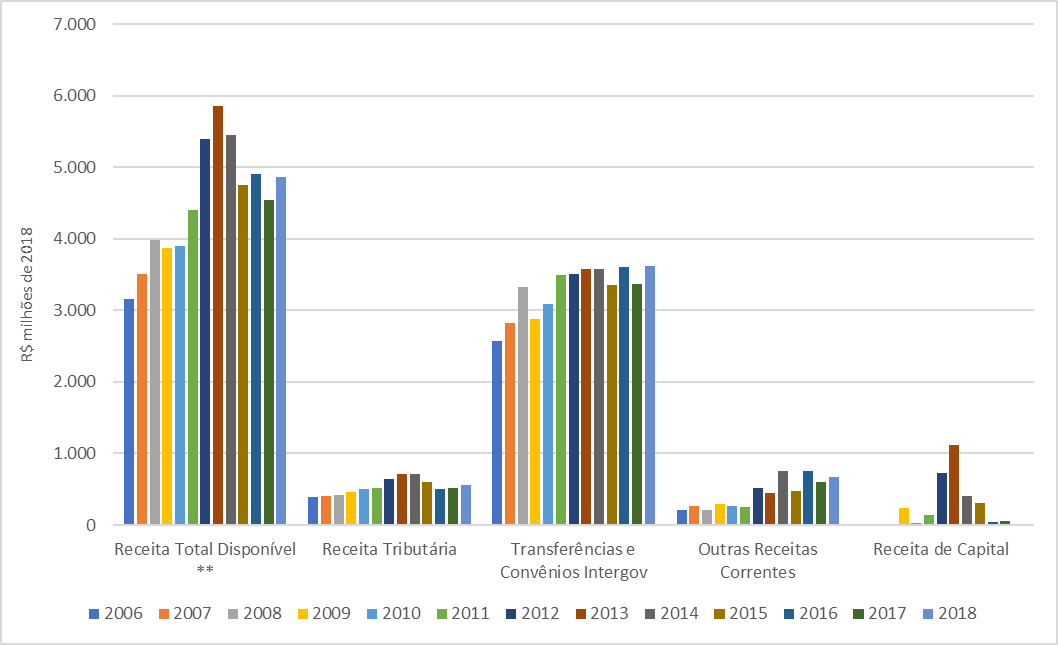
## *2.2 Evolução da Receita Disponível*

A estrutura da Receita é mais claramente apreendida quando se computam apenas as receitas que efetivamente ficam à disposição do Tesouro Estadual, ou seja, a Receita Disponível, conforme o tratamento metodológico descrito na Apresentação.

A Tabela 2 apresenta os componentes principais da Receita Disponível e sua evolução é evidenciada no Gráfico 3. A tabela 2 A, do Anexo, detalha mais a composição da Receita.

Tabela 2. Evolução da Receita Disponível 2006 a 2018

Gráfico 3. Composição da Receita Disponível 2006 a 2018



O GEAP tem, na Receita Tributária, apenas cerca de 12% da Receita Corrente Disponível. O componente mais expressivo é, de longe, o ICMS. Ao longo do período 2006-2010, o ICMS teve crescimento acelerado[[5]](#footnote-5)- 38,5%, bem superior ao do PIB estadual. Após leve queda em 2011, passa por extraordinária expansão em 2012, até 2014, abrangendo praticamente todos os setores sob a tributação estadual, de acordo com o Boletim do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz [[6]](#footnote-6). Segundo informações da Secretaria de Fazenda, entre os fatores responsáveis pela elevação, encontram-se:[[7]](#footnote-7)

1-Implementação de Protocolos com o Estado de São Paulo submetendo ao regime de Substituição Tributária diversos produtos, tais como: Materiais elétricos e eletrônicos, Materiais de construção, Higiene e limpeza, gêneros alimentícios, Cosméticos. Caso tenham origem em Estado não signatários do Protocolo, os contribuintes neste Estado ficam obrigados a recolher na forma de Antecipação ST, com geração de débito no Posto Fiscal de fronteira, nota por nota fiscal de entrada;

2-Implantação de monitoramento da entrada de mercadorias no Estado pela fronteira com Sistema GTRAN, através da consulta nacional das notas fiscais;

3-Incremento dos Documentos Fiscais Eletrônicos, eliminando a confecção e emissão de notas fiscais em blocos impressos por gráficas e disponibilizando a informação de vendas das empresas em tempo real pela SEFAZ VIRTUAL.

Em 2015 a 2017, o ICMS sofre o impacto da redução da atividade econômica, com ligeira recuperação em 2018, quando retorna a cerca de 80% da arrecadação média de 2013/2014. Um fator importante foi a recuperação da tributação sobre energia elétrica no Setor Terciário, quase inexistente em 2016/2017. Vale observar a forte concentração setorial da arrecadação. Em 2018, 46% da arrecadação originou-se do Setor Terciário, em particular, do Comércio Varejista (20% do total) e 32%, do Setor de Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes. Como ocorre na maioria dos estados, há forte concentração da arrecadação em setores com preços administrados: cerca de 47% em 2018 originou-se dos setores de Comunicação, Energia Elétrica e Petróleo e Combustíveis, sujeitos à regulação governamental.

O demonstrativo de estimativa e compensação de renúncia da receita[[8]](#footnote-8) constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 informa, com respeito ao IPVA, que:

“À título de IPVA, foram arrecadados R$ 25.401.455,65 **por cota única em 2017.** A arrecadação seria de R$

31.751,819,56 se não houvesse o desconto de 20% concedido ao pagamento nessa modalidade. Dessa

forma, o Estado deixou de arrecadar R$ 6.350,363,91”. [[9]](#footnote-9)

Nesse ano, a arrecadação total foi de R$62,0 milhões. Assim, do total arrecadado, a renúncia é de cerca de 10%.

A estimativa de renúncia do ICMS na LDO 2018 é de R$83,3 Milhões. Comparada com a arrecadação do ICMS em 2018 – R$845,0 milhões, o percentual é de cerca de 10%.

A estimativa de renúncia do ICMS na LDO 2019 é bem maior - de R$118,00 Milhões. Caso a receita se mantenha no nível de 2018, o percentual de gasto tributário se elevaria a 14%.

O PIB do Estado em 2016, última informação disponível, foi de R$14.339 milhões. A estimativa de renúncia de receita para 2016, constante da LDO 2015[[10]](#footnote-10) foi de R$129,4 milhões, dos quais R$6,0 milhões de IPVA e R$123,6 milhões de ICMS. Considerando apenas o ICMS, a renúncia de receita situa-se em 0,86% do PIB. Deve-se considerar, no entanto, que cerca de 46,2% do Valor Adicionado Bruto origina-se de atividades da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, em geral sujeitas à imunidade recíproca (Constituição Federal, Art.150, VI). Se considerada apenas a parcela do PIB gerada nas demais atividades econômicas (R$7.714,4 milhões), passa-se dos 0,86% para cerca de 1,6% do PIB, excluindo a administração pública e seguridade social.

Informa o Estado, na LDO 2018 e 2019, que os benefícios não comprometem as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que foram expurgadas do cálculo de receita, incluindo os com vigência iniciada há mais de três anos.

Como anteriormente citado, as Transferências Intergovernamentais alcançam em média 6,3 vezes a Receita Tributária, com destaque para o Fundo de Participação dos Estados – FPE, em média 70% do total. Em parte, justifica-se este resultado pelas regras que orientam a distribuição do FPE, extremamente favoráveis ao Amapá. Este estado, Acre e Roraima receberam, em 2017, montantes de FPE per capita que oscilaram entre R$3.400,00 e R$4.000,00, enquanto São Paulo recebeu R$ 19,00. Mesmo estados mais pobres, como Alagoas e Piauí receberam cerca de R$ 1.100,00 per capita. No que diz respeito à Receita Tributária, a arrecadação do ICMS, componente de maior expressão, alcançou apenas R$ 945,00 per capita no Amapá, segundo menor montante entre os estados (após Maranhão - R$899,00). Estes são os valores brutos. No entanto, enquanto sobre o FPE, incide apenas a contribuição de 20% ao Fundeb, sobre o ICMS, a dedução para os municípios e a contribuição ao Fundeb retiram do caixa estadual 40% do montante arrecadado.

Vale observar que quase metade da economia do Amapá gira em torno do setor público: cerca de 45% do PIB em 2002 a 2016 veio das atividades de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, apenas suplantado por Roraima, onde a participação alcança cerca de 50%. De acordo com a Constituição Federal, Art. 150, VI, é vedada” à União, aos Estados, Distrito federal e aos Municípios a instituição de impostos uns dos outros sobre patrimônio, renda ou serviços.[[11]](#footnote-11)

Como mencionado, a Transferência do FPE inclui, nos anos de 2016 e 2017, parcela relativa à Lei nº 13254, de 13 de Janeiro de 2016 (Repatriação). De acordo com informações obtidas no site da STN,

O Imposto de Renda Retido na Fonte[[12]](#footnote-12) tem forte oscilação ao longo do período, com extraordinário crescimento a partir de 2016. De acordo com a Secretaria de Fazenda, o Poder Executivo entende que, sendo o tributo federal, não pode fiscalizar os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público. De toda forma, ocorreu uma cobrança para regularização espontânea dos valores que estavam inadimplentes. Com a edição de Lei Estadual, o Tribunal de Justiça parcelou sua dívida de IRRF contribuindo com a elevação da arrecadação desta receita. Quanto ao acréscimo a partir de 2016, resulta de recolhimentos sobre fatos geradores do exercício de 2015.

Cerca de um quarto das Transferências Intergovernamentais, são vinculadas a políticas especificas, como o Fundeb e FNDE (educação), SUS (saúde), além de convênios.

A maior transferência é a do Fundeb. Em 2007, o Fundef foi substituído pelo Fundeb, aumentando aparcela de contribuição de estados e municípios ao Fundo, entre outras medidas. Esse aumento foi parcelado em 3 anos -2007 a 2009, o que explica o crescimento acelerado das deduções ao Fundo (contribuição do estado ao Fundo) e das receitas de transferências do Fundo[[13]](#footnote-13). Embora mais lentamente, as receitas se expandiram até 2014. Em 2018, no entanto, retornaram basicamente ao nível de 2010, face ao comportamento das contribuições que compõem o Fundo[[14]](#footnote-14).

O rateio dos recursos aportados pelo estado e seus municípios ao Fundo depende do número de matrículas de cada rede - estadual e municipal. Em 2010, o total recolhido ao Fundeb pelo estado e por seus municípios alcançou R$ 768,0 milhões[[15]](#footnote-15), dos quais R$ 664 milhões de contribuição estadual. Nesse ano, retornaram, aos cofres do GEAP, como Transferência do Fundeb, R$552,0 – 83% dessa contribuição. Em 2018, o total recolhido ao Fundeb pelo estado e por seus municípios alcançou R$ 857,0 milhões[[16]](#footnote-16), dos quais R$ 750 milhões de contribuição estadual. Nesse ano, retornaram, aos cofres do GEAP, como Transferência do Fundeb, R$542,0 milhões – 63% da contribuição efetuada. Essa redução relativa sugere que, no período, a municipalização do ensino avançou. Pelo Censo Escolar de 2018, havia 226.171 matrículas ne Educação Básica, das quais 124.415 na rede estadual, concentradas nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

As transferências do SUS pouco oscilaram a partir de 2012. Em 2018, as transferências do SUS e convênios financiaram 21,2% da despesa anual com Saúde. O GEAP aplicou, em Saúde, 14,2% das receitas próprias e de Transferências (determinadas pela Constituição de 1988), superando o mínimo de 12%.

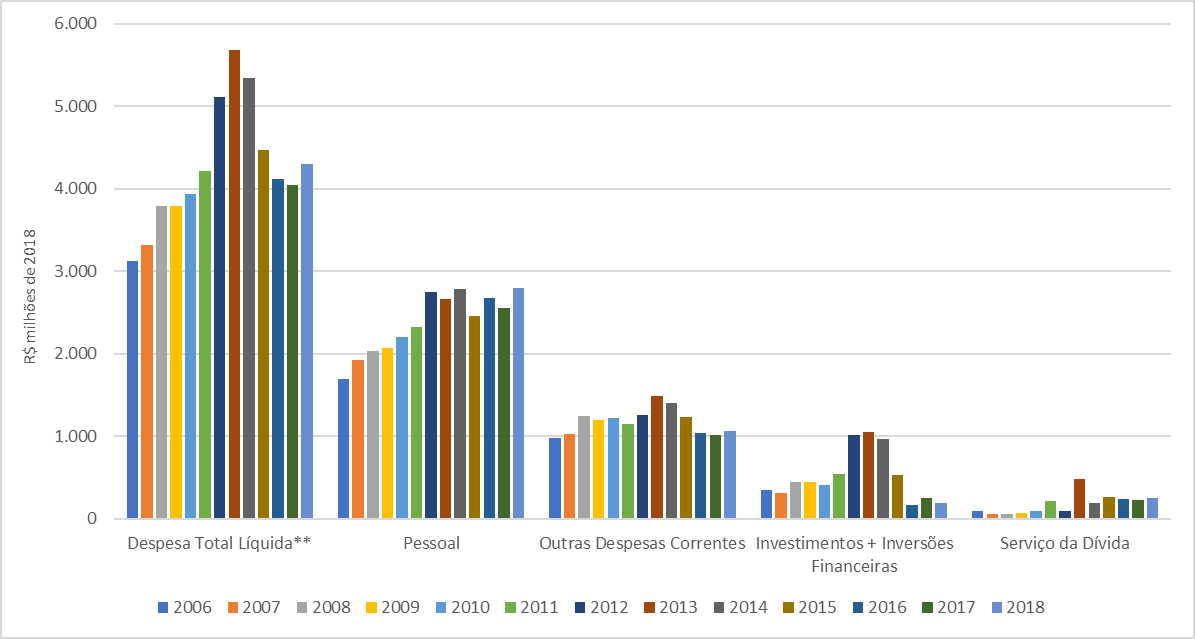
As Outras Receitas Correntes compreendem principalmente, como anteriormente observado, de Receitas de Valores Mobiliários do Regime Próprio de Previdência do Servidores, que chegam a 92% do total em 2018

As Receitas de Operações de Crédito, excepcionalmente elevadas em 2012 a 2015, dizem respeito sobretudo a operações relacionadas à federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA e a empréstimos do BNDES. Pelas informações colhidas calcula-se que cerca de R$390,0 Milhões, em 2013, referem-se a reestruturação de dívidas com o BNDES. As operações deste tipo, embora não impactem, a princípio, a situação patrimonial nem as contas de resultado, afetam os lançamentos da receita e despesa: a parcela reestruturada é computada como Despesa com Amortização da linha de crédito substituída e o montante relativo à nova linha de crédito é lançado como Receita de Operações de Crédito. Em 2018, não há qualquer ingresso de Receitas de Operações de Crédito. Na seção relativa à Dívida Pública, retomaremos este tema.

## *2.3 Evolução da Despesa Líquida*

A Tabela 3 apresenta a composição da Despesa Líquida entre 2006 e 2018. A evolução de seus principais componentes é visualizada no Gráfico 4. A Tabela 3-A do Anexo detalha mais a Despesa. As Tabelas 4 e 5 tratam da Despesa de Pessoal e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3. Composição da Despesa Líquida 2006 a 2018

Gráfico 4. Composição da Despesa Líquida 2006 a 2018

Acompanhando, em parte, a Receita, a Despesa se reduz a partir de 2015, embora seus componentes sigam trajetórias diversas. A Despesa de Pessoal cresce a cada ano até 2012, passando de R$1.694 milhões em 2006, para R$2.745 milhões em 2012 – acréscimo real de 62% em 6 anos. A partir de então, oscila, retornando, em 2018, ao nível de 2012. O conjunto das Outras Despesas Correntes mantém razoável estabilidade entre 2008 e 2012. Seguem-se dois anos de aumento, após o que caem até chegar, em 2018, ao nível de 2007. Em 2015, o GEAP realizou transferências voluntárias a municípios- R$ 132,0 Milhões bem superiores à média dos outros anos - R$ 27,00 milhões. A partir de 2016, essas despesas voltam a seu padrão e a contração recai sobre as Despesas com Locação de Mão de Obra e Transferências a Entidades Sem Fins Lucrativos, contribuindo para o ajuste das despesas correntes. No entanto, como ocorreu na maioria dos estados, o fator determinante do ajuste foi a redução dos Investimentos, que acompanhou a disponibilidade de Receitas de Capital (veja Seção 2.4).

O Serviço da Dívida – Juros e Encargos e Amortizações foi o componente que mais se expandiu, face ao rápido crescimento do estoque (veja Seção 2.5), passando de 2,2% da Despesa Total entre 2006 e 2010 (média do período), para 5,8%, média 2016-2018. Em 2016 e 2018, superou a soma de Investimentos e Inversões Financeiras. Observe-se que estas despesas contam com Receitas de Capital para seu financiamento, enquanto o Serviço da Dívida basicamente é financiado por receitas próprias (salvo em casos de reestruturação, por exemplo). Entre 2015 e 2017, o Serviço da Dívida oscilou em torno de 8% do saldo médio da Dívida Consolidada. Em 2018, passou a 9%, da Dívida Consolidada.

O alto valor do Serviço da Dívida em 2013, em particular da Amortização da Dívida, simultâneo à elevação da Receita de Operações de Crédito - veja-se Tabela 2 sugere que o GEAP reestruturou parte da dívida. Outro indício nesse sentido é a mudança da composição da dívida com o BNDES, conforme Tabela 8, Seção 2.5.

A Tabela 4 detalha os componentes da Despesa de Pessoal e respectivas variações, evidenciando a despesa com Ativos e o montante da Despesa com Inativos e Pensionistas suportada pelo Tesouro Estadual, ou seja, aquela que corresponde à cobertura do déficit previdenciário de cada exercício, zerada, no caso do GEAP.

Como na maioria dos estados, a Despesa de Pessoal do Amapá cresceu mais que a Receita Corrente Líquida, entre 2006 e 2018, passando de 51,1% para 56,7% da RCL. A Despesa com Ativos, cerca de 90% do Total, cresceu 73% reais, enquanto a RCL se expandiu 54%. Os Contratos por Tempo Determinado e a Terceirização, antes inexpressivos, fecham o ano de 2018 em 6% da Despesa com Ativos. Em 2009, face principalmente à queda da RCL (devido à crise econômica), a Despesa de Pessoal mudou de patamar em relação à RCL, passando de cerca de 50% para 56%. Após a recuperação da RCL, a Despesa praticamente se estabilizou. Após substancial aumento em 2012, a Despesa com Ativos seguiu oscilando e fechou 2018 em nível próximo a 2012.

Como mencionado, os Inativos e Pensionistas são inteiramente suportados pelas Contribuições dos Servidores e pela Contribuição Patronal, não exigindo aporte de Recursos do Tesouro estadual. Cabe observar que pequena parcela dos Inativos é paga diretamente pelo Tesouro estadual. No entanto, não foi possível obter este valor discriminado. A unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis e militares é a Amapá Previdência – AMPREV.

Tabela 4. Composição da Despesa de Pessoal 2006 a 2018



De acordo com a LRF, a Despesa de Pessoal não pode superar 60% da RCL. Para o cálculo desse indicador, computa-se toda a Despesa de Pessoal, deduzindo a parcela paga com receitas de Contribuições Patronais e dos Servidores, de forma a avaliar o encargo do Tesouro com Pessoal. Além disso, são deduzidas despesas consideradas eventuais, como as sentenças judiciais e as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA de pessoal. Os limites estabelecidos pela Lei repartem-se entre os Poderes, conforme a Tabela 5, que apresenta os índices divulgados no Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 6º bimestre de cada exercício. Esses valores diferem dos encontrados ao longo desta análise, sendo sistematicamente menores. De acordo com o Boletim dos Entes Subnacionais, publicado pela STN – o índice seria 56,6%, bem próximo ao encontrado na Tabela anterior – 56,3%.

Tabela 5. Despesa de Pessoal por Poder e Receita Corrente Líquida 2006 a 2018

## *O* *Financiamento dos Investimentos e Inversões Financeiras*

A composição das fontes de recursos para investimento pode ser visualizada no primeiro segmento da Tabela a seguir. Nela, parte-se da Receita Corrente, deduzindo as Despesas de Pessoal e as demais de custeio e com o Serviço da Dívida (juros + encargos + amortização). Deduzimos também as Receitas de Valores Mobiliários do RPPS, pelas razões antes apontadas[[17]](#footnote-17). Desse resultado, que se denominou Poupança Corrente, subtrai-se o Resultado do Exercício. Quando superavitário, considera-se que essa parcela da Receita não foi aplicada no próprio exercício fiscal[[18]](#footnote-18). Nos anos em que ocorre déficit, os Restos a Pagar se constituiriam numa fonte adicional de financiamento, que se soma à denominada Poupança Corrente. Chega-se assim à base de recursos para financiamento dos investimentos e inversões financeiras no período. A estes, acrescentam-se os ingressos de recursos captados sob a forma de Operações de Crédito e de Transferências de Capital, além do produto de Alienações de Bens e demais Receitas de Capital. Essa estrutura específica de fontes condicionará a distribuição dos Investimentos/Inversões: os recursos de Operações de Crédito e de Transferências de Capital são aplicados de acordo com os projetos a que se vinculam. O último bloco da Tabela detalha a distribuição dos recursos entre Investimentos e Inversões. Como anteriormente observado, as Inversões Financeiras dizem respeito a aumento de capital de empresas controladas, com destaque para a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, em 2012-2014.

Em 2013, como anteriormente observado (ver Serviço da Dívida, Seção 2.3), o GEAP reestruturou sua dívida com o BNDES. Essa hipótese está sendo considerada com base em pesquisas em diversos sites e nos Balanços Estaduais, que apresentam a composição da dívida por credor. Nas notas explicativas ao Balanço de 2013, não há menção específica. Assim, não dispomos do valor exato da reestruturação, estimado em cerca de R$400,0 milhões. Quando ocorrem operações de reestruturação de dívidas, a situação patrimonial, em princípio, não se modifica. Os recursos tomados ao novo credor são registrados em Receitas de Operações de Crédito e o pagamento ao credor inicial, em Amortização /juros da dívida. Na Tabela acima, em 2013, o excepcionalmente elevado Serviço da Dívida reduz a Poupança Corrente, compensada pela extraordinária Receita de Operação de Crédito. Se expurgados os R$ 400,0 milhões, o Serviço da Dívida se reduz a R$ 79,0 milhões, a Poupança Corrente alcançaria R$316,0 milhões e as Receitas de Capital seriam de R$ 723,0 milhões.

A elevação de despesas e a queda de receitas explicam a queda da Poupança Corrente e a forte dependência dos investimentos/inversões financeiras em relação às Receitas de Operações entre 2012 e 2015. Em 2016- 2018, quando essa fonte escasseia, os investimentos/inversões financeiras situam-se nos menores níveis da série, num contexto de aumento da rigidez orçamentária, frente ao avanço dos gastos de pessoal e da dívida.

Tabela 6. Investimentos e Inversões – Disponibilidade de Recursos e Distribuição das Aplicações 2006 a 2018



## *Dívida Pública*

A Dívida Consolidada bruta do GEAP, em 31.08.2018, alcançou o montante de R$ 2.646 milhões, igual a 53,9% da RCL. A Dívida Consolidada (DC) do GEAP compreende a Dívida Contratual com instituições financeiras, o parcelamento de dívidas com a AMPREV e com o INSS. A Dívida Consolidada Líquida - DCL é obtida a partir de DC, deduzindo o excesso de caixa e haveres financeiros sobre os Restos a Pagar Processados – RPP.

A Tabela 7 e o Gráfico 5 apresentam a evolução da dívida entre 2008 e 2018, seus principais componentes e os indicadores normalmente utilizados para avaliar o endividamento: a DC/ RCL (Receita Corrente Líquida) e a DCL/RCL. A Tabela 8 detalha a dívida por credor, no período 2011 a 2018, quando a dívida aumenta 265%.

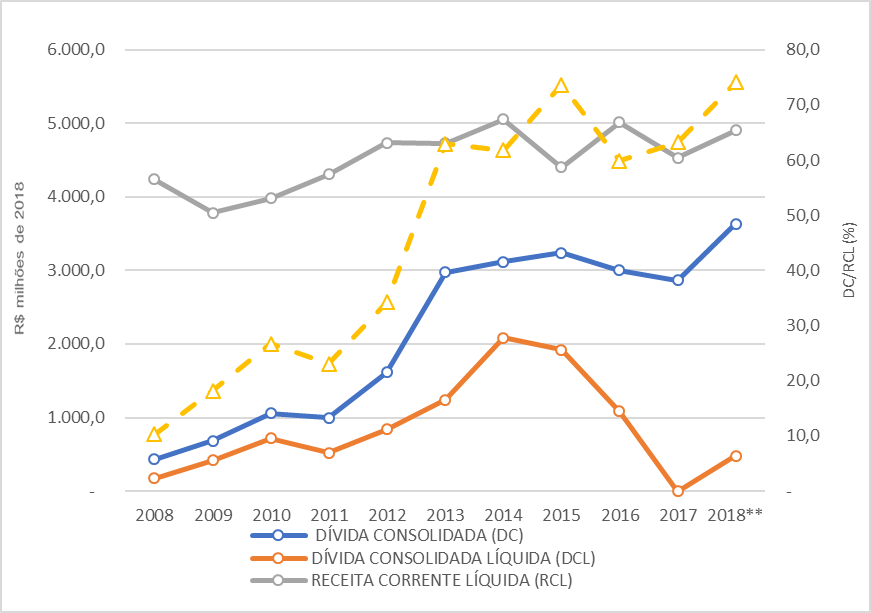
Tabela 7. Evolução da Dívida e Indicadores Fiscais 2006 a 2018



*Tabela 8. Composição da Dívida por Credor 2011 a 2018*



Gráfico 5. Evolução da Dívida e Relação DC/RCL -2008 a 2018



Para efeito de análise, o indicador mais significativo é a relação DC/RCL, uma vez que o caixa e haveres financeiros, além de oscilarem bastante, podem ter diversas vinculações. **No que diz respeito ao comprometimento direto com a União, a parcela relativa aos empréstimos sob a Lei nº 9496 vem caindo, situando-se em 76,2 milhões em 2018.** A relação DC/RCL aumentou fortemente a partir de 2012, face a diversas operações de crédito e ao parcelamento de débitos com a AMPREV. Os recursos obtidos com a operação para federalização da CEA foram aplicados em aumento de capital da empresa (vide Tabela 6). Os acordos de parcelamento de dívidas reconhecidas com a AMPREV fizeram que o saldo devedor praticamente quadruplicasse entre 2011 e 2017. Entre 2017 e 2018, quase R$1,0 bilhão foi acrescido ao saldo reconhecido, ocasionando a republicação do Relatório de Gestão Fiscal.

Em 2013, o GEAP tomou empréstimos do BNDES - PDRI e PROINVEST, quitando a operação nas linhas PEF I e PEF II, consideradas mais caras.

**No Cadastro da Dívida Pública (CDP) do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, do Tesouro Nacional [[19]](#footnote-19), não constam operações com garantia da União.**

# Considerações finais

A análise do desempenho fiscal do GEAP no período 2006 a 2018 evidenciou a piora recente da situação fiscal. O crescimento da Despesa de Pessoal, em descompasso com as Receitas Correntes, impactadas pela crise que se aprofundou a partir de 2015, erodiu a capacidade de investimento do estado. Contribuiu, também, o crescimento da dívida, resultante principalmente da operação relacionada à federalização da CEA e do reconhecimento de substancial dívida com a AMPREV, de que resultou o aumento do serviço da dívida, consumindo recursos do Tesouro estadual. Escasseando os recursos próprios e reduzindo-se o ingresso de operações de crédito, os Investimentos/Inversões encolheram, caindo, em 2016-2018, a cerca de 5% da Despesa Total, menos da metade da média de 11% do período 2006-2008, em que o estado contou basicamente com recursos do Tesouro estadual para seu financiamento.

Com o acréscimo recente na dívida com a AMPREV, o GEAP passou a ocupar o 11º lugar entre os 27 estados e o Distrito federal, no indicador DC/ RCL. A relação Dívida Consolidada Bruta/RCL, utilizada pela STN no cálculo da Capacidade de Pagamento – CAPAG, passou de 63,2% em 2017, para 74,1% em final de 2018, conforme republicação do Relatório de Gestão Fiscal.

Em 10 de Julho do corrente ano, o Estado do Amapá impetrou Ação Cível Originária – ACO n° 3.285, requerendo:

a) **o deferimento de liminar para:**

i) determinar à União a suspensão da execução das contragarantias dos contratos arrolados na petição inicial, até o julgamento final de mérito da demanda;

ii) impedir a União de incluir o Estado do Amapá nos cadastros federais de inadimplência, em razão da mora no pagamento das parcelas referentes a esses contratos, até o julgamento final de mérito da demanda;

iii) ordenar a imediata devolução de quaisquer valores bloqueados a título de contragarantia, em razão do inadimplemento dos contratos arrolados, até o julgamento final de mérito da demanda.

b) **no mérito:**

i) impedir a União de executar contragarantias vinculadas aos contratos de financiamento firmados entre o Estado do Amapá e instituições financeiras federais sem a observância do devido processo legal, com a concessão de prazo adequado para o exercício da ampla defesa e contraditório e a consequente apreciação dos argumentos apresentados;

ii) impedir a União de executar as referidas contragarantias, até que se esgote o prazo para adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal dos Estados (PEF);

iii) impedir a União de incluir o Estado do Amapá nos cadastros federais de inadimplência até que se esgote o prazo para adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal dos Estados (PEF);

Em decisão de 17/07, o Min. Dias Toffoli (Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF), concedeu **medida cautelar de suspensão da exigibilidade, pela União, da contragarantia,** definindo que precisava

"ouvir o estado autor, no prazo de 5 dias, sobre as considerações da União, especialmente no que respeita a seu comprometimento com o programa de ajuste de contas do regime de recuperação fiscal vigente (inserto na LC nº 159/2017), de modo a subsidiar o alcance da decisão desta Corte quanto ao requerimento liminar". Em adição, relevante também que o estado aponte se é viável a apresentação de proposta de quitação ou minoração do débito até a definição legislativa do PLC nº 149/2019, de modo a buscar a conciliação dos interesses envolvidos."

Atendendo demanda do BID, o estado encaminhou, em 15 de agosto, Nota Técnica, de 23/07/2019, onde os Secretários de Fazenda e de Planejamento detalham a crise estadual e aventam possibilidades de se enquadrar o GEAP na LC 159/2019, do Regime de Recuperação Fiscal ( possibilidade muito remosta ) ou na Lei do PEF, que ainda está no Congresso - PLC nº 149/2019.

Observe-se que a União informou ao Min Dias Toffoli que o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal dos Estados - PEF permitirá a oferta de operações de crédito garantidas para Estados e Municípios que não possuem boa situação financeira, desde que estejam em uma trajetória de melhoria fiscal previamente pactuada. No entanto, esse Plano **não traz qualquer regra que suspenda a execução de contragarantias pela União.**

Na **Nota Técnica SEI nº 4/2019/CORFI/SURIN/STN/FAZENDA-ME,** de 13/07/2019, a STN fornece subsídios à ação da AGU em pedido de liminar do Amapá contra a execução de contragarantias, afirmando, quanto à situação fiscal do Amapá, que:

“ **7**. De acordo com a análise vigente, o Estado do Amapá apresenta, nos últimos dois anos, capacidade de pagamento conceito “B”. Seus indicadores relativos a poupança corrente e liquidez mostram-se em situação particularmente confortável, de modo que o Estado tem poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes em ritmo superior ao verificado para as receitas correntes, além de possuir recursos em caixa em montante suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas. Também o indicador de endividamento do Estado não se apresenta deteriorado: a Dívida Consolidada Bruta do Estado corresponde a 74,85% da Receita Corrente Líquida verificada no exercício anterior, sendo que esse indicador supera 100% para os Estados habilitados ao Regime de Recuperação Fiscal. Vale destacar que a nota calculada com dados de 2018 é preliminar e poderá ser revista no momento do cálculo formal.

8. É oportuno esclarecer que, segundo seus próprios demonstrativos fiscais, o Amapá não se enquadra em nenhum dos três requisitos de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, a ser explorado mais a frente, estabelecidos no caput do art. 3º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

9. Destaca-se que, dispondo de capacidade de pagamento conceito “B”, o Estado do Amapá atualmente faria jus à concessão de garantia da União em contratos de financiamento, conforme o art. 11 da Portaria MF nº 501/2017. **Sendo assim, o Amapá dispõe de amplo acesso ao mercado de crédito nacional e internacional**, em contraste com a situação de diversos Estados não habilitados a contratar operações de crédito com garantia da União e ainda com baixo espaço de poupança corrente e alto comprometimento de seu caixa com obrigações já contratadas. Com isso, o Estado teria condições de contratar novas operações de crédito, caso julgue oportuno reestruturar suas dívidas atuais.

10. Vale frisar que **esta Coordenação nunca recebeu contato do Estado do Amapá indicando que teria problemas fiscais. Mais do que isso, o Estado não costuma responder os pedidos de informações adicionais que o Tesouro Nacional faz regularmente para realizar a avaliação da situação fiscal de todos os Estados**. De todo modo, segue-se uma análise com os dados disponíveis neste momento.

11. Avaliando os demonstrativos contábeis e fiscais publicados pelo Estado no Siconfi, podemos perceber que o Amapá declarou ter, ao final de 2018, uma disponibilidade de caixa líquida total de quase R$ 4 bilhões, segundo seu RGF do 3º quadrimestre**. Em seu balanço anual (DCA) o Estado declarou R$ 4,7 bilhões em recursos de caixa e equivalentes de caixa. Esses valores se comparam a uma receita corrente líquida (RCL) de aproximadamente R$ 4,9 bilhões. Ou seja, segundo suas declarações, o Estado teria em caixa algo entre 80% e 90% de suas receitas anuais ao final de 2018, dando a entender que, em um caso extremo, poderia executar mais de nove meses de seu orçamento sem precisar arrecadar nenhum centavo.**

12. Para efeito de comparação, os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul declararam em seus RGFs de fechamento de 2018 disponibilidades de caixa líquidas negativas de R$ 28 bilhões e R$ 22 bilhões, respectivamente.”

Após a concessão de liminar, a nota de classificação da CAPAG do GEAP foi revista pela STN, passando C[[20]](#footnote-20). Alega a Secretaria que o Estado, ao impetrar a ACO n° 3.285, declarou estar em grave crise fiscal e de liquidez[[21]](#footnote-21). O rebaixamento toma por base o previsto no art. 5º da Portaria MF nº 501/2017:

“Art. 5º Os resultados das classificações de capacidade de pagamento feitas conforme disposto no art. 3º poderão ser revistos pela STN **quando houver indícios de uma deterioração significativa da situação financeira do ente,** por exemplo, quando o Estado, Município ou Distrito Federal sinalizar que deixou de atender ao requisito de elegibilidade do inciso I do art. 11, conforme acompanhamento a ser feito com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre, para o indicador de Poupança Corrente, e do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do 3º quadrimestre, para os indicadores de Endividamento e Liquidez”.

Assim, atualmente, a nota B da CAPAG, baseada nos indicadores da Tabela 9, passou a C. A Tabela 10 apresenta a evolução da CAPAG em 2017-2019.

*Tabela 9.* *Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Estado do Amapá*

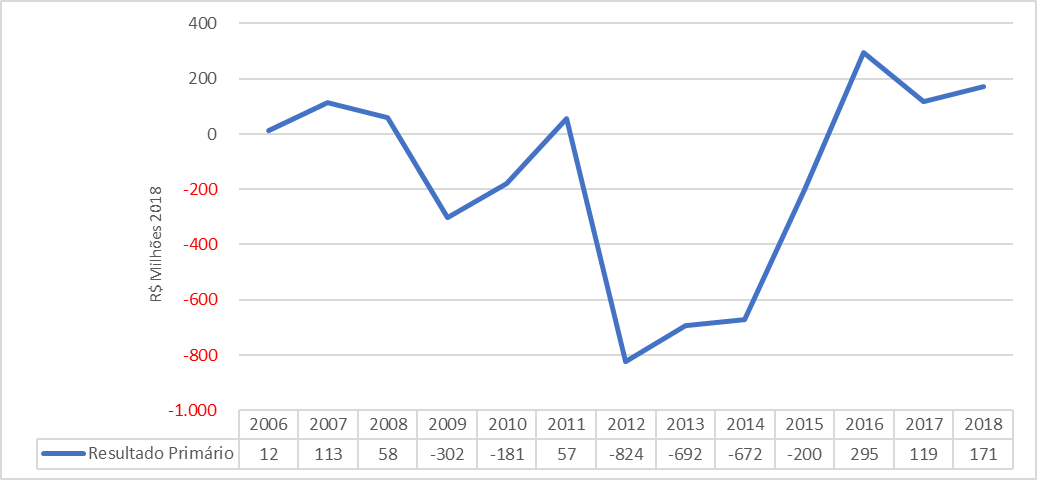


*Tabela 10. Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Estado do Amapá 2017 a 2019*



Apesar da crise, o Resultado Primário mantém-se positivo desde 2016. O Gráfico abaixo replica valores da Tabela 1. O reequilíbrio recente no Resultado Primário e a Classificação CAPAG[[22]](#footnote-22) são importantes para que o GEAP possa contratar novas operações de crédito.

*Gráfico 6. Evolução do Resultado Primário*



O projeto de modernização da gestão fiscal do Estado de Amapá, BR-L1525 – PROFISCO II AP contribuirá para a retomada do equilíbrio, ao implementar intervenções de modernização da gestão fiscal. No entanto, a recuperação econômica e as medidas em curso, constantes da Nota Técnica em anexo serão cruciais para reequilibrar as contas estaduais. Entre as medidas citadas na Nota, encontram-se:

* Privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá- CEA e da Companhia de Água e Esgoto do Amapá- CAESA;
* Criação do Comitê de Controle e Qualificação do Gasto – CQG, inspirado nas experiências do Estado do Espírito Santo e do Distrito federal;
* Contenção de despesa de pessoal;

Para documentar os eventos recentes, anexamos adicionalmente ao presente relatório:

**1) Texto da petição relativa à ACO nº 3.285, 10/07/2019;**

**2)** **Nota Técnica SEI nº 4/2019/CORFI/SURIN/STN/FAZENDA-ME**, onde a STN fornece subsídios à ação da AGU em pedido de liminar do Amapá contra a execução de contragarantias**.**

**3) Decisão do Min. Duas Toffoli, em 17/07/2019;**

**4) Nota técnica**, de 23/07/2019, dos Secretários de Fazenda e de Planejamento;

**5) Ofício 924/2019 SEFAZ/GAB**, do Estado do Amapá, encaminhado em 13 de agosto corrente ao BID, por mensagem eletrônica , explicando o conteúdo da AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.285, do AMAPÁ e a decisão do Min. Dias Toffoli.

**6) Certidão do Tribunal de Contas do Estado**, de 19 de junho de 2019, em que o TCE atesta que o Estado do Amapá, entre outros:

* cumpre a regra de ouro - art. 167, III, da Constituição Federal de 1988 - CF 88 e par. 2º da LRF;
* cumpre os pisos de comprometimento de despesas com saúde e educação;
* publica o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo e de cada um dos demais poderes dentro dos prazos.

**7) Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, da Receita Federal** \_Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, onde constam:

* débitos administrados pela Secretaria da receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5172/1966 - Código Tributário Nacional -CTN, ou objeto de decisão judicial, que determine sua desconsideração para fins de certificação de regularidade fiscal, ou ainda não vencidos;
* débitos inscritos em Dívida Ativa da União, com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens e direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determine sua desconsideração para fins de certificação de regularidade fiscal.

**8) Extrato do Cadastro Único de Convênios - CAUC** em 16/08/2019, em que a STN comprova que o Estado do Amapá atende aos requisitos fiscais de:

* I - Obrigações de Adimplência Financeira, com a ressalva "a comprovar" da "regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União " - veja-se certidão da PGFN, acima;
* II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios
* III - Obrigações de Transparência
* IV - Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais

**9) Ofício 930/2019 SEFAZ/GAB, do Estado do Amapá, encaminhado ao BID** em 16 de agosto corrente, por mensagem eletrônica , informando sobre as condições para a contratação do empréstimo.

# GLOSSÁRIO

**AMPREV** |Amapá Previdência

**BID** | Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BIRD** | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

**BNDES** | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CONFAZ** | Conselho Nacional de Política Fazendária

**FPE** | Fundo de Participação dos Estados

**Fundeb** | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**Fundef** | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

**GEAP** | Governo do estado de Amapá

**IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** | Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

**INEP** |Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**IPCA** | Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, calculado pelo IBGE

**IPVA** | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

**IRRF** | Imposto de Renda Retido na Fonte

**ITCD** | Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

**ITR** | Imposto Territorial Rural

**LRF** | Lei de Responsabilidade Fiscal

**PDRI** | Programa de Desenvolvimento Humano, Regional e Integrado -BNDES

**PEF |** Plano Emergencial de Financiamento -BNDES

**PROINVESTE** |Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal -BNDES

**RCL** | Receita Corrente Líquida

**RPPS** | Regime Próprio de Previdência dos Servidores

**STN** | Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda

**SUS** | Sistema Único Saúde

# ANEXO

Tabela 72A. Evolução da Receita Disponível 2006 a 2018



Tabela 83A. Composição da Despesa Líquida 2006 a 2018

1. Analisando as contas apresentadas polos estados brasileiros no período 2006 a 2010, disponíveis no site da STN, observa-se que apenas poucos estados, além do Amapá costumam apresentar diferenças significativas entre receitas e despesas intraorçamentárias, entre os quais o Distrito Federal, em alguns anos, Rondônia, Roraima, Maranhão e Sergipe. [↑](#footnote-ref-1)
2. IBGE, Contas Regionais, atualização mais recente. [↑](#footnote-ref-2)
3. dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT de Recursos, Bens Ou Direitos de Origem Lícita, não Declarados ou Declarados Incorretamente, Remetidos, Mantidos no Exterior ou Repatriados Por Residentes Domiciliados No País. A receita estadual da repatriação deriva da partilha, com estados e municípios, do Imposto de Renda e multas. via FPE e FPM. [↑](#footnote-ref-3)
4. Como citado, não há informações detalhadas, nos Balanços do Governo Estadual, sobre a(s) empresa(s)controladas beneficiárias dos aportes de capital. No entanto, observando o Orçamento de Investimentos do Governo Estadual, constante da LOA 2019, verifica-se que a CEA é, de longe, a empresa controlada de maior expressão. [↑](#footnote-ref-4)
5. Recorde-se que, como os valores estão a preços de 2018, as variações são reais, ou seja, já expurgadas do fator inflacionário. [↑](#footnote-ref-5)
6. A distribuição setorial da arrecadação estadual está no site do CONFAZ. Entre os setores, encontram-se Primário, Secundário, Terciário, Energia Elétrica, Petróleo, Combustíveis. [↑](#footnote-ref-6)
7. Ofício nº 010/2019–COARE /SEFAZ [↑](#footnote-ref-7)
8. que cumpre o disposto no artigo 4°, §2°, inciso V da LRF, [↑](#footnote-ref-8)
9. Em valores correntes [↑](#footnote-ref-9)
10. A estimativa de renúncia da LDO 2016 não está disponível. [↑](#footnote-ref-10)
11. A imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações públicas, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes (CF/88, art. 150, § 2º).No caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista, há condições a preencher para gozar da imunidade .

    Porém, há algumas exceções [↑](#footnote-ref-11)
12. Até 2002, o IRRF era classificado como transferência intergovernamental. A partir desse ano, por determinação da STN, passou a ser classificada entre as receitas tributárias, no entanto, para fins de análise, foi aqui incluída entre as transferências intergovernamentais, já que compete à União instituir e cobrar o imposto. De acordo com a Constituição Federal, pertence aos estados e aos municípios a arrecadação do IRRF, cuja base de incidência é basicamente composta pelo pagamento da folha de pessoal. Isso explica por que, mesmo em época de retração de receitas, o IRRF cresça se afolha salarial se expandir. [↑](#footnote-ref-12)
13. O Fundef foi criado pela Emenda Constitucional – EC nº 14, de setembro de 1996. Sua implantação, em nível nacional, ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1998. Em 2006, pela EC nº 53, o Fundef deu lugar Fundeb. O Fundef dava cobertura apenas ao Ensino Fundamental, enquanto o Fundeb abrange todas as etapas da Educação Básica, incluindo, por exemplo, o Ensino Médio prestado pelos estados e o Ensino Infantil, a cargo dos municípios. A transição para as regras novo Fundo se deu em 2007-2009. A base de cálculo do Fundeb é maior do que a do Fundef, pois foram acrescentados novos tributos estaduais (IPVA e ITCMD) e, no caso dos municípios, sua cota-parte na transferência do ITR. As alíquotas de contribuição ao Fundef eram de 15%, enquanto, no Fundeb, são de 20%, sendo a diferença alcançada nos 3 anos entre 2007 e 2009. Em cada estado, constitui-se um fundo, que recebe contribuições do próprio estado e de cada município. Os recursos arrecadados são rateados, entre o estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos. Caso a arrecadação não alcance um piso estabelecido nacionalmente, a União faz uma transferência complementar (beneficiam-se estados mais pobres). As contribuições ao Fundef/Fundeb são contabilizadas como deduções de receita e o retorno da parcela do estado/ município é contabilizada como transferências intergovernamentais. [↑](#footnote-ref-13)
14. O estado contribui com: 20% da parcela disponível do ICMS (75% da arrecadação, uma vez que 25% são transferidos aos municípios), do IPVA (50% da arrecadação, o restante transferido aos municípios), do ITCD, das transferências do IPI-ex (75% da transferência recebida) e do ICMS-LC87/96. Os municípios contribuem com 20% das transferências que recebem do FPM, ICMS, IPVA, IPI\_ex e LC87/96 e Quota -parte do ITR. Nos estados mais pobres, em que as contribuições não alcançam um valor mínimo por aluno, a União complementa. [↑](#footnote-ref-14)
15. a preços de 2018 [↑](#footnote-ref-15)
16. a preços de 2018 [↑](#footnote-ref-16)
17. As Receitas de Valores Mobiliários do RPPS, por sua vinculação previdenciária, não pode ser considerada uma fonte para financiamento de investimentos pelo Tesouro estadual. Por outro lado, as Inversões Financeiras dizem respeito a aumento de capital de empresas controladas. [↑](#footnote-ref-17)
18. Como as Receitas de Valores Mobiliários do RPPS foram excluídas da Receita Total, devem também ser deduzidas do Resultado do Exercício; Se o Resultado do Exercício for positivo, considera-se que parte dessa Poupança foi mantida em caixa, ou seja, não foi aplicada no próprio exercício fiscal. Se o Resultado do Exercício for negativo, os Restos a Pagar assim gerados acrescem-se à Poupança, como fonte adicional para financiamento das despesas. [↑](#footnote-ref-18)
19. https://sadipem.tesouro.gov.br/ [↑](#footnote-ref-19)
20. Última Atualização em 2 de Maio de 2019. [↑](#footnote-ref-20)
21. Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais Secretaria do Tesouro Nacional Secretaria Especial de Fazenda Ministério da Economia, de Agosto/2019 [↑](#footnote-ref-21)
22. Outras exigência da Portaria nº 501, de 2017, além de nota final A ou B, ,é a necessidade de comprovar suficiência de

    contragarantias . [↑](#footnote-ref-22)